



Luto e luta por memória: Um olhar psicanalítico da tragédia brumadinense.

Izabella Maria de Carvalho Chaves
Universidade Federal de Minas Gerais

 <https://orcid.org/0009-0003-7156-9245>
psi.izabellachaves@yahoo.com.br

Guilherme Massara Rocha
Universidade Federal de Minas Gerais

 <https://orcid.org/0000-0002-3155-5725>
massaragr@gmail.com

RESUMO

Este estudo investigou o luto resultante do rompimento da barragem B1, da Mina Feijão, em Brumadinho (MG), sob a perspectiva da psicanálise. O foco foi compreender a subjetivação da perda coletiva e o sofrimento diante da influência do capitalismo e do neoliberalismo na cidade. Utilizando pesquisa etnográfica para a coleta de dados e a revisão bibliográfica para análise, concluímos que há uma inserção dos ideais neoliberais que perpetua a violência e ataca o processo de luto. Propomos como alternativa, por meio da memória e guiados pela ética psicanalítica, a promoção de espaços de fala, a preservação e a criação dos signos sociais e culturais. Também apostamos no fortalecimento da coletividade, visando à ressignificação do trauma e à transformação social, como resistência às violências.

Palavras-chave: Luto; Brumadinho; Psicanálise; Memória.

MOURNING AND THE STRUGGLE FOR MEMORY: A PSYCHOANALYTICAL LOOK AT THE BRUMADINHO TRAGEDY

ABSTRACT

This study investigated the mourning resulting from the collapse of the B1 dam at the Feijão Mine in Brumadinho (MG) from the perspective of psychoanalysis. The focus was on understanding the subjectivization of collective loss and suffering in the face of the influence of capitalism, immediacy and neoliberalism in the city. Using ethnographic research, a literature review and data collection, we concluded that there is an insertion of neoliberal ideals that perpetuates violence and attacks the mourning process. We propose as an alternative, through memory and guided by psychoanalytic ethics, the promotion of spaces for speech, the preservation and creation of social and cultural signs, as well as the strengthening of collectivity, with a view to re-signifying trauma and social transformation, as resistance to violence.

Keywords: Mourning; Brumadinho; Psychoanalysis; Memory.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 2021 a 2024. O estudo se debruçou na temática do luto derivado do acontecimento trágico e marcado por violações sociais e históricas, elegendo como objeto de pesquisa o rompimento da barragem de minérios B1, da Mina Feijão, da empresa Vale S. A, na cidade de Brumadinho, no estado de Minas Gerais (MG).

À luz da psicanálise, investigamos a subjetivação da perda coletiva e a expressão do sofrimento diante do imediatismo e da lógica capitalista e neoliberal na cidade. Como testemunha do evento e instigados pela prática como psicanalista de um dos autores, refletimos a respeito do luto que permeou o território frente à magnitude das perdas. Utilizamos o conceito de luto de Freud (2016) em seu texto: Luto e Melancolia e outras construções do autor, destacando como principal aspecto do atravessamento do luto coletivo a memória, o processo de rememoração e os memoriais, com base em Paulo Endo (2022) e Judith Butler (2019).

Como metodologia, utilizamos a pesquisa etnográfica de campo por meio da observação participante, a revisão bibliográfica e o levantamento dos dados pertinentes à temática. Como meio de organização textual, o artigo inicia-se com uma breve contextualização histórica da cidade de Brumadinho e da tragédia que assolou o município, seguindo para uma discussão sobre as lógicas de intervenções capitalistas e ultraliberais, advindas de grandes organizações empresariais nos territórios minério-dependentes. Posteriormente, tratamos sobre o luto brumadinense no viés freudiano e buscamos analisar as possíveis interferências e intervenções no processo de luto realizadas pelas estratégias neoliberais que circundam nosso contexto. Como saída deste cenário, propomos uma reflexão sobre o luto coletivo e o memorial.

2. O ACONTECIMENTO: DA VIOLÊNCIA VELADA À CIDADE ENLAMEADA

Brumadinho é uma palavra originária do substantivo “Brumado”, que significa “a lavra que não deu em nada, em relação ao muito que se esperava” (Sena, 1971, p. 84 apud Jardim; Jardim, 1982, p. 28). Ou seja, é o que se descartava do processo de mineração, na época do ouro, e era abandonado no ambiente devastado como rastro do processo exploratório.

A cidade, com 639,434 km² e cerca de 38.915 habitantes (IBGE, 2022), é territorialmente maior que Belo Horizonte, com baixa densidade populacional e predominância rural. Seu território montanhoso e arborizado abriga riquezas naturais, como cachoeiras e trilhas, além de monumentos históricos ligados à cultura mineira. A população, entre sede e interior, apresenta uma vasta diversidade cultural, refletindo seu modo de fundação e pertencimento local. Embora a mineração seja a principal atividade econômica, o município detém recursos que podem fomentar uma economia sustentável, valorizando sua cultura e história.

Um marco trágico na história de Brumadinho ocorreu em 25 de janeiro de 2019, quando o rompimento da barragem de rejeitos B1, da Mina Feijão, da Vale, expôs a gravidade das violações territoriais provocadas pela mineração. Exatamente às 12h 28 min 30s, de uma sexta-feira, rapidamente, foram liberados 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos minerários, com velocidade estimada de mais de 70 km/h (Conselho Nacional dos Direitos Humanos [CNDH], 2019). O desastre ocasionou o soterramento de 272 trabalhadores da empresa, funcionários terceirizados e moradores das regiões rurais próximas. O escoamento da lama se desdobrou em perdas nos âmbitos humanos, ambientais, sociais e culturais do município.

Tal fato carregou características e significantes únicos: a morte em meio à lama; o ambiente onde ocorreu (o local de trabalho de maior parte das vítimas); a fragmentação dos corpos e a complexidade em localizá-los; o modo incomum e vertiginoso de realizar os rituais fúnebres; a insegurança em todos os moradores. Culturalmente velada e evitada no discurso dos sujeitos, a morte foi imposta bruscamente e de difícil elaboração.

Após seis anos, ainda são perceptíveis os desdobramentos da tragédia. Como principal fato, não se localizaram os corpos de três vítimas, referidas como “joias soterradas pela lama”. Essa questão traduz a dificuldade de simbolizar a perda, sem uma representação corpórea, imposta pelo tempo de forma crescente aos familiares. Observa-se também a morosidade dos trâmites judiciais, mesmo diante da investigação realizada pela Polícia Civil e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Apesar da denúncia por crimes de homicídios dolosos duplamente qualificados e ambientais, protocolada no dia 21 de janeiro de 2020, ainda se mantém a impunidade dos envolvidos e um contínuo sentimento de injustiça (Ministério Público de Minas Gerais [MPMG], 2020).

Além disso, há a reedição da cena trágica em pequenos e não menos importantes acidentes trabalhistas que continuam a ocorrer no local. Somados à contínua extração de minérios na cidade, configuram-se como perpetuação da violência e da gestão necroeconômica que integra os empreendimentos minerários. Exemplo é o desmoronamento de um talude na área de recuperação da Mina Córrego do Feijão, que soterrou um trabalhador em 18 de dezembro de 2020 (Santos, 2020). Após 9 dias, desabou uma tenda utilizada para o trabalho de resgates dos bombeiros, colocando em risco diversos profissionais (Brumadinho: parte de tenda feita pela Vale para apoio a buscas dos bombeiros desaba, 2020). Esses fatos causam vítimas diretas e indiretas e mantêm na comunidade o assombro da insegurança e do desamparo.

De forma mais ampla, destaca-se uma grande transformação e desorganização sociocultural do município, pela alteração brusca do cotidiano e suas características comunitárias, graças à intervenção e à alteração de suas referências históricas e culturais. Além disso, houve a imediata mudança da renda e condições econômicas dos munícipes que, ainda atônitos e envolvidos na situação traumática, receberam uma suposta compensação para as perdas no campo econômico, instaurando uma euforia e efeito inverso no campo dos afetos.

Desse modo, é notória a dependência econômica do município e dos moradores à atividade minerária e à empresa Vale S.A., seja por restritas opções de oferta de trabalho que não se correlacionam à mineração, seja por se sujeitarem às indenizações que

transvestem o caráter da garantia de direitos em silenciamento dos atingidos, limitando a possibilidade de movimentos coletivos e singulares, frente ao trágico. O fato ocorrido em Brumadinho destaca a instauração e a imposição da falta e do desamparo frente às perdas que se constituem prioritariamente no âmbito subjetivo.

Destaca-se a contraditória resposta inicial da empresa envolvida e da sociedade em geral, direcionada à cidade e aos atingidos, que impõem o excesso de oferta de bens materiais e objetos. Além disso, o posterior movimento em massa de judicialização do sofrimento e da angústia, com o intuito de transformá-los em ganho de causa, tenta tamponar a falta, e não mais em objeto de causa.

2.1 UMA VELADA EXPLORAÇÃO: O QUE SE ESCONDIA ATRÁS DA NÉVOA QUE ENCOBRE NOSSAS SERRAS?

Juntamente com Dufour (2008), é possível observar como as lógicas de intervenções capitalistas e ultraliberais, advindas de grandes organizações empresariais e financeiras, colocam-se diante dos territórios onde empreendem.

[...] tendem a invadir o espaço social de maneira mais ou menos visível, conforme as zonas urbanas e regiões do mundo. Podem até assumir o controle de toda uma série de atividades reputadas ilícitas, mas com lucro alto: “Tudo no negócio” [...] e passar por cima das leis (Dufour, 2008, p. 214).

Essas atividades são implicitamente executadas em meio à população que, inebriada pelo grande *marketing* e aporte social ofertado pelas empresas, submete-se a violações. Horácio Aráoz (2022) aponta, em seus estudos sobre o extrativismo na América, que, durante o processo de desenvolvimento da indústria da mineração, a violência, antes direcionada para os corpos em meio às atividades braçais de exploração, transveste-se em tecnologias onde passa a ser empregada sobre os territórios como forma de disposição dos corpos. O autor descreve as múltiplas violações advindas das empresas do ramo que se estendem e se repetem em todo um continente e vão ao encontro das questões atravessadas pelos brumadinenses.

É que destruir as fontes de água; explodir montes inteiros; executar o deslocamento forçado de populações; subtrair e transferir os meios de vida que as comunidades historicamente construíram com base em complexas e intensas interações com os territórios; perseguir, reprimir e criminalizar os que se opõem a suas explorações; instalar rádios e semear publicações especializadas para difundir as bondades da mineração e para educar para a sustentabilidade; proibir plebiscitos ante o iminente risco de que o não saia vencedor; ganhar eleições opondo-se às explorações mineiras para em seguida governar em nome das empresas... Não seriam múltiplas e brutais formas de violência? (Aráoz, 2022, p. 202).

Nesse sentido, é perceptível a influência das características neoliberais imbuídas na governança das regiões e dos territórios mineradores, onde essas violências permanecem ocorrendo de forma naturalizada e não há um posicionamento efetivo de impedir ou questioná-las. Segundo as investigações de Eduardo Gudynas (2009), o extrativismo latino possui forte apoio dos governos, principalmente os de base progressista e esquerda, muitas vezes por meio de reformas das normas e legislações ambientais, até mesmo com subsídios financeiros.

Mesmo diante de discussões sobre uma limitada contribuição para um contundente desenvolvimento nacional, segundo o autor, há uma insistente aposta dos governos em reconhecer as indústrias extrativistas como principais responsáveis pelo crescimento econômico das regiões. Esse posicionamento desconsidera que, a longo prazo, os múltiplos e diversificados impactos gerados pela atividade extrativista demandam e oneram a máquina pública, além de provocar perdas irreparáveis em relação aos bens imateriais.

Ao longo do trabalho de observação participante em Brumadinho, observa-se diversas violações que ocorrem no âmbito ambiental, social e psíquico por meio das empresas extrativistas, as quais desencadearam os seguintes questionamentos:

Cada um e todos esses fatos não produziram um dano imemorial e irreparável nos territórios, nos sujeitos, nas comunidades, nas instituições de direito? Quais seriam, na realidade, as remediações que a mineração pode oferecer a esses danos? Que eficácia restitutiva teriam, diante deles, os planos de fechamento de minas e as compensações? (Aráoz, 2022, p. 202).

Observa-se a ausência de ações coletivas e questionamentos sobre as práticas violadoras, sendo possível retomar um elemento estratégico de gestão das minerações que se pauta na tendência de causar divisões e conflito entre os grupos, enfraquecendo a coletividade. Por intermédio do aporte financeiro, as minerações se colocam como beneficiadoras de uma parte da população dos espaços onde se instalam, pois demandam diversos serviços terceirizados para manutenção e viabilidade. Além disso, por meio das estratégias de *marketing*, enredam seus colaboradores e parte da população em um conjunto de significantes potentes¹, tentando transmitir status de valor e reconhecimento, em que vestir um uniforme ou viver em uma cidade mineradora pode se tornar sinônimo de orgulho e ostentação.

Ao pensar a relação de grupo, é possível compreender a adesão massiva de uma comunidade aos ideais empresariais como uma retomada de uma posição de gozo infantil. Trata-se de uma subserviência a um outro que impõe formas de ser e modos de comportamento por meio de manuais de instrução sociais e corporativos e que, juntamente com a “garantia” de pertencimento a esse Outro potente, capaz de promover e oferecer segurança em troca, colocando-se como provedor próspero, constitui um grande chamariz para a renúncia dos próprios desejos e para a não implicação na responsabilidade pelas consequências dos próprios atos (Calligaris, 2022).

Pertencer ao corpo da empresa, ou à “Vale mãe”, como nomeada por muitos, assume papel fundamental na subjetividade de uma coletividade. Como ressalta Calligaris: “é verdade, o triunfo narcísico deve tomar a forma de um sentimento de se servir a uma causa, de ser útil e pertencer a um corpo: o corpo social toma o lugar do corpo da mãe, é o seu simulacro” (Calligaris, 2022, p. 442). Essa concepção dialoga com a teoria lacaniana, segundo a qual a mãe possui a referência de ser “primordialmente

¹ Uma pesquisa rápida no site da Vale revela jargões que mostram o esforço da empresa em influenciar subjetivamente o público. Ela enfatiza seu poder e a importância para a vida das pessoas, além de promover uma imagem ambientalista que contrasta com as violações anteriores, envolvendo a sociedade como parte de seus objetivos. Exemplo: “Em nossas decisões de negócios, priorizamos a segurança das pessoas e do meio ambiente, agindo com respeito, cuidado e integridade” (Vale, 2023).

toda-poderosa”, uma vez que “todos os objetos fantasísticos primitivos se encontrem reunidos no imenso continente do corpo materno” (Lacan, 1957, p. 189).

Nesse sentido, é possível associar a relação da intitulada “Vale mãe” com os municípios minério-dependentes, seus trabalhadores e comunidades, considerando que a empresa se coloca na posição de instituição total, sem faltas ou limites, acolhendo todas as idealizações advindas do outro e mantendo-as no campo da fantasia. Assim, promove a alienação e a manipulação de sujeitos e cidades-objeto, introjetando neles seus ideais e metas, que passam a ser compreendidos como partes constitutivas do próprio eu.

O grande desejo em fazer parte da empresa Vale cotidianamente compunha os ideais dos moradores da cidade, ludibriados pelos discursos da empresa e pela oferta de diversos benefícios que, de certa forma, sobrepunha as desvantagens e todos os impactos que o trabalho em minerações acarreta aos colaboradores e à cidade. Especificamente em Brumadinho, camuflavam o risco e a exposição vivenciada diariamente por todos os moradores.

Por meio dos discursos dos trabalhadores e munícipes, foi possível reconhecer que a lógica da performance, manifestada na valorização do trabalho duro e árduo, tanto no âmbito pessoal quanto empresarial e social, assim como a exaltação das vantagens econômicas de ser um município minerador com alta produção, funcionavam como uma espécie de velo simbólico. Essas narrativas, ao mesmo tempo em que destacavam conquistas e prosperidade, serviam de justificativa para os impactos ambientais, bem como para os prejuízos causados aos territórios e aos próprios sujeitos. Em outras palavras, o lucro e a construção de um “eu” inflado pelos significantes de prestígio associados à empresa, tomados como fins, acabavam por justificar os meios.

Ao pensar sobre a figura do burocrata, Calligaris (2022) leva a compreender que a tentativa de adesão aos dogmas e aos objetivos corporativistas e capitalistas vai de encontro à demanda explícita dos sujeitos em apaziguar as queixas relacionadas a lidar com a falta inaugural à sua condição subjetiva. O autor pontua que as queixas de ausência de sentido, da desarmonia na relação social ou da sensação de não completude, constantemente escutadas nos espaços clínicos e no cotidiano, “claramente mostra nosso

pesar por não pertencer a um corpo do qual gostaríamos de ser o que nunca fomos: um órgão” (Calligaris, 2022, p. 443).

Ainda na perspectiva de pensar o que justificaria a submissão às violências e a manutenção do vínculo laboral, recorremos às construções do psicanalista Norton da Rosa Jr., ao discorrer sobre os imperativos de gozo presentes nas relações de trabalho. O autor compreende a imposição de metas e a adesão dos trabalhadores a elas como uma expressão da busca pelo gozo absoluto, típica do contemporâneo. De modo estratégico e em comum com o modelo econômico neoliberal, aponta que: “o imperativo da meta busca localizar a divisão do sujeito (\$), vendendo a ilusão de removê-la, desmentindo assim a cisão constituinte do falante entre saber e verdade” (Rosa Jr., 2020, p. 37).

Nesse mesmo sentido ilusório, é possível comparar a imagem empresarial construída em torno da mineradora em questão, carregada de idealizações a uma miragem, que passa a compor o ideal de eu dos sujeitos. A ilusão se encontra no fato de acreditarem que, ao se apropriarem de metas, modos de regramento e imposições, incorporando-as aos seus desejos, os sujeitos e, de modo amplo, o município receberia em contrapartida o brio e os dividendos. Isso é nomeado por Calligaris (2022) como uma arapuca em que o resultado leva a uma servidão que revela de forma infalível que o gozo é do outro, uma mineração que explora, lucra e mortifica sujeitos, comunidades, territórios, políticas e, por fim, vidas.

3. O LUTO E SEU POTENCIAL TRANSFORMADOR: AS PERDAS BRUMADINENSES SOB O VIÉS FREUDIANO

Barragem caracteriza-se como “qualquer estrutura construída dentro ou fora de um curso permanente ou temporário de água [...] para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos”, segundo a Resolução Normativa Agência Nacional de Energia Elétrica nº 1.064, de 2 de maio de 2023. Uma barragem que se rompe é também o rompimento de uma estrutura interna sujeita e alicerçada por modos de reconhecimento e identificação do eu, constituída de investimentos libidinais e fortalecida por singulares modos de enlaçamento social. É o

rompimento de uma estrutura externa composta por espaços simbólicos e históricos, mantida pela viva cultura e pela força dos territórios e comunidades. A lama derramada, um excesso que extravasava, viscosidade que paralisa corpos, imobiliza laços, impregna águas. O que se perde ao se romper? O que se rompe ao se mover?

Ao longo de seis anos, foram realizados inúmeros acolhimentos, marcados por múltiplas manifestações do luto decorrentes de diferentes perdas, que nos convocam a desenvolver um olhar ampliado para compreender esse fenômeno coletivo que atravessava a cidade. Diante do comum desamparo, é necessário reconhecer um conceito que compreenda o luto para além do singular. Sigmund Freud, em *Luto e melancolia*, conceitua que o luto se trata da “[...] reação à perda de uma pessoa querida, ou de alguma abstração que esteja no lugar dela, como a pátria, a liberdade, um ideal etc.” (Freud, 2016, p. 100). Esses tópicos se materializam na escuta clínica dos brumadinenses, que demonstraram a sensibilidade e a dificuldade em lidar com diversas experiências que remetiam à finitude, o que demandou a resignificação da fantasia de imortalidade, potencialidade e projeções alienadas ao futuro.

Freud (2016) descreve como sintoma e parte do processo do luto a perda do interesse pelo mundo externo e da capacidade de adotar um novo objeto de amor, o que significaria substituir o objeto perdido, além do afastamento de atividades que não estejam ligadas aos pensamentos relativos à perda. Traduz-se como consequência do luto a “inibição e limitação do Eu” (Freud, 2016, p. 100). Em meio às características de produtividade, eficácia e consumismo que marcam a expressão da política neoliberal na subjetividade, permitir a vivência do luto é um ato político de resistência em prol da possibilidade de se fazer sujeito a cada perda. Recolhimento e introspecção do eu se tornam fundamentais para a viabilização das fases que conduzem o sujeito na direção da resignificação da perda e de si mesmo.

No luto, a perda do objeto está consumada, por meio da prova de realidade e se exige o desligamento da libido investida (Freud, 2016). No entanto, em contraste com a teoria, a violência da onda de rejeitos de minério sobre os corpos e sua consequência traz uma interferência no processo de comprovação psíquica da perda. As escutas realizadas perpassavam pelas peculiaridades das vidas que foram “mineradas”.

Todas as características da tragédia impactavam diretamente o processo de elaboração do luto, pois a experiência brumadinense carregava em si a sensação de um “velório sem corpo”² e a indefinição da morte diante da ausência de informações. Esse cenário gerava dificuldade na simbolização da perda e no teste de realidade, já que os rituais tradicionais foram rompidos: velórios extremamente curtos, devido ao alto número de vítimas; caixões lacrados, em razão da desfiguração dos corpos; restos mortais incompletos, sendo reconhecidos pelo peso atípico dos caixões; longas filas de carros funerários e improvisação de espaços para acolher familiares e amigos, permitindo apenas uma breve e dolorosa despedida.

Uma “psicose alucinatória do desejo” (Freud, 2016, p. 92) em oposição à perda foi incentivada pelo longo prazo de ausência de informações concretas e oficiais sobre as vítimas que deveriam ser fornecidas pela mineradora³. Os movimentos de desinvestimentos libidinais ocorrem em meio a vivências dolorosas por remeterem os sujeitos à consciência da própria finitude, reforçado pelo fato de que “no fundo, ninguém acredita em sua própria morte, ou, o que vem a ser o mesmo: no inconsciente cada um de nós está convencido de sua imortalidade” (Freud, 2016, p. 92). Há também uma dificuldade para a vivência do luto, em meio à conjuntura contemporânea que contrapõe a necessidade de tempo para a realização do processo de super investimento libidinal no objeto que se foi e a aceitação da perda.

Dentro dessa perspectiva, a teoria freudiana aponta que: “cada uma das lembranças e expectativas pelas quais a libido estava conectada ao objeto é enfocada, super investida (*uberbesetzt*), e nelas ocorre a dissolução da libido [...]. O curioso é que esse desprazer doloroso nos parece natural” (Freud, 2016, p. 101). Em meio às difíceis escutas disponibilizadas à população⁴, era frequente o discurso de agradecimento pelo

² Como nomeado por um familiar diante da espera da localização de seu ente.

³ Esse fato foi lembrado pelos familiares no primeiro seminário organizado pela associação AVABRUM, em que relataram a busca angustiante pelas listas atualizadas com os nomes das vítimas e dos resgatados e denunciam que até a data do evento, 24 de janeiro de 2023, não haviam recebido nem mesmo uma ligação da empresa responsável pela tragédia.

⁴ Os atendimentos realizados à população também impunham aos profissionais a acolhida de relatos jamais experienciados, com detalhamentos fúnebres das perdas, pelo potencial destrutivo da onda de rejeitos. Isso se aproximava de um cenário pós-guerra, sendo buscado como solução momentos de apoio mútuo entre os profissionais que se escutavam e revezavam as funções.

simples fato de suportar o ouvir, algo raro e valioso para os pacientes que, por vezes, eram silenciados com imposições da superação do fato, a impaciência diante da repetição e da insistência na temática, a repugnação dos aspectos funestos e a ainda presente demanda de “falar de vida na cidade e esquecer o ocorrido”. São expressões de uma sociedade que evita a escuta do sofrimento e enxerga suas expressões no outro, atitude de esquiva que visa manter este afeto encoberto.

Diante dessas considerações, destaca-se a vertente do tempo, pois é por meio da inversão do seu ritmo na lida com o trauma e o luto que identificamos importantes impactos subjetivos, como já refletido por meio das colocações de Endo (2022), em que a imediatez das vivências traumáticas conduz o sujeito à busca pela imediatez de soluções, muitas vezes repetidamente trágica. Na contramão das velozes e imediatas soluções para o mal-estar, o luto se apresenta, citando Freud (2016, p. 101), como “a tarefa que a realidade solicita não pode ser atendida imediatamente. Ela é cumprida pouco a pouco, com grande dispêndio de tempo e de energia de investimento (Besetzungsenergie), ao mesmo tempo em que a existência do objeto é psiquicamente prolongada”.

Desse modo, por meio do processo de superinvestimento no objeto perdido, apresenta-se o trabalho incessante de rememoração, em que as memórias relacionadas ao que se perdeu são trazidas para o discurso dos sujeitos de forma vívida e intensa, ao longo do tempo. Por meio desse processo, a leitura psicanalítica do luto e a escuta clínica orientam que é possível realizar uma reflexão ampliada sobre qual aspecto do Eu se perdeu juntamente com o objeto. Localizar-se perante a perda por meio de fragmentos retomados da própria história, revisitar lutos passados e vivências ainda não elaboradas, é um fenômeno clínico e singular, ao mesmo tempo que político e coletivo. A filósofa Jeanne Gagnebin (2006), em suas pesquisas sobre o Holocausto, retoma as teorias benjaminianas e descreve o processo de rememorar:

Tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do

passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (Gabnebin, 2006, p. 55).

Nesse sentido, na obra freudiana, as apresentações do modo de finalização do luto indicam a importância do processo de rememoração e sua influência na transformação do Eu. A questão é contemplada em dois momentos distintos dos escritos de Freud, indicando o avanço e o desenvolvimento da teoria. Inicialmente, em 1917, Freud compreende que o luto termina quando o Eu realiza o gradativo desligamento, abandono ou renúncia ao objeto perdido, assim ocorrendo a liberação da libido para o investimento em outros objetos. Desse modo, ao enfim declarar a morte do objeto, é oferecido o “prêmio de continuar a viver” (Freud, 2016, p. 117). Já em 1923, o psicanalista retoma os escritos sobre o luto e a melancolia, declarando que em ambas as posições de lidar com a perda (no luto e na melancolia), não é raro acontecer uma alteração do Eu. Essa alteração diz respeito ao processo de identificação do Eu com o objeto perdido, o que facilitaria o abandono do que se foi, tratando-se de uma conversão da libido dirigida ao objeto em libido narcísica “para depois dar-lhe quiçá outra meta” (Freud, 2010, p. 25) e, assim, dar seguimento à cadeia desejante.

Didaticamente, o autor exemplifica que, quando o Eu assume os traços daquilo que se foi, ocorre um processo similar à lógica da recompensa, gerando maior controle da instância desejante, o Id. Essa questão foi observada, por vezes, na escuta clínica em Brumadinho, quando, por exemplo, alguns brumadinenses com vínculo de parentesco das vítimas fatais se dispuseram a participar de processos seletivos para trabalhar na mineração Vale após o ocorrido trágico. Em um caso específico, a reidentificação com a vítima e a empresa manifestava-se por meio de significantes ligados ao ente perdido, gerando intenso sofrimento psicossomático. Gradualmente, o sujeito redirecionou seu investimento afetivo para aspectos do objeto de amor que permitiam menor dor, realizando um percurso de enlutamento marcado por movimentos de identificação, transformação do Eu e sublimação por meio do engajamento coletivo (Freud, 2010).

No processo final da vivência de luto, Freud (2010) aponta que não há um abandono do objeto perdido, mas uma introjeção de parte da história que ligava a ele,

uma inscrição de um traço do objeto em nosso Eu. Assim, esclarece que, desde a constituição do sujeito, o caráter do Eu é formado por fragmentos dos objetos que perdemos, “um precipitado dos investimentos objetais abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto” (Freud, 2010, p. 24). A vivência do estado de luto mediante a acolhida e a produção de espaços para a retomada da história dos sujeitos, dos territórios e de uma cidade torna-se fundamental para a reorganização do Eu e do espaço social atordoado pelo trágico. Então, a memória pode ser sustentáculo para a criação diante da perda, o novo que se constrói diante do olhar, por vezes questionador, para o passado.

3.1 INTERFERÊNCIAS E INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE LUTO: UMA ESTRATÉGIA NEOLIBERAL?

Na pesquisa etnográfica⁵ realizada, é possível compreender as intervenções pós-tragédia de cunho capitalistas e neoliberais: especificamente as de reparações individuais, da psicopatologização da violência social e das alterações dos territórios e seus símbolos culturais. Têm o objetivo de eliminar, paralisar e distanciar os sujeitos da possibilidade de entrada em trabalho de luto e, desse modo, reconhecer a dimensão da violação que essas mesmas políticas econômicas executam paulatinamente.

As condições impostas pela empresa para o acesso às indenizações individuais revelavam um viés de culpabilização do psíquico, pois apenas mediante diagnóstico de transtorno psiquiátrico vinculado exclusivamente ao rompimento da barragem era possível firmar acordo. Relatos que incluíam memórias pregressas relacionadas ao trauma atual resultavam em negativa, estimulando veladamente o apagamento da história e das vivências do sujeito, incluindo sua cadeia de lutos.

Judith Butler (2019) aponta que a negação do luto poderia ser considerada um fator que geraria melancolia no âmbito social, o que leva a pensar que, ao desconstruir ou manipular a história trágica, torna-se impossível reconhecer e identificar o que se perdeu

⁵ A aproximação entre etnografia e psicanálise permite valorizar narrativas como formas de preservação da memória coletiva, construção de discurso crítico e ressignificação de traumas. Essa articulação amplia a compreensão dos processos culturais e subjetivos, oferecendo proteção simbólica contra violações sociais recorrentes.

no âmbito social e o significativo da perda. Diante da história da inserção da mineração em Brumadinho, é possível compreender o componente de violência e de violações presentes nos territórios desde o princípio, que ocorrem no âmbito espacial, na organização social e comunitária em geral.

A atividade mineradora em grande escala por si só já instaura processos agressivos de intervenção no território, mesmo quando opera dentro de uma suposta normalidade. O rompimento imprevisto das barragens potencializou exponencialmente o grau destas intervenções e instaurou uma tabula rasa ecossistêmica que converteu todo o território atingido e suas imediações numa espécie de não-lugar (Rocha; Rocha, 2020, p. 47).

O não-lugar apontado por Bruno Rocha e Guilherme Rocha (2020) pode ser considerado como a consequência da instalação desses empreendimentos nas cidades, pois se relaciona com o esvaziamento de todos os significantes sociais associados ao território e à desconstrução da memória, da história e dos monumentos culturais, questões essenciais para a constituição de vínculos, pertencimento e perpetuação cultural. O lugar ermo, vazio e descontextualizado da geografia local faz um furo na paisagem, como as grandes cavas minerárias que desconstituem as serras mineiras. Esse furo repercute no âmbito ambiental, social e subjetivo de uma cidade.

A síntese do amplo impacto gerado na comunidade em apenas um diagnóstico médico, a citar o Estado de Estresse Pós-traumático, promove simplificação da suposta solução para a tragédia. Como colocado por Endo (2022), o olhar particularizado para o sujeito por meio do entendimento do acontecimento, com foco apenas no trauma, empobrece a visão sobre as situações extremas, trazendo como alternativa os tratamentos dos sintomas, que, muitas vezes, surgem por apostas medicamentosas. Desse modo, os sujeitos se tornam reféns do trauma e do quadro sintomático. Perante o olhar biomédico, a história e a memória dos sujeitos são pouco consideradas, ficando apagadas. Endo (2022) ainda elucida que um retorno breve aos processos de luto e memória em nosso país indica que “a melancolia é uma recusa e uma impossibilidade do trabalho de memória” (Endo, 2022, p. 66). No mesmo sentido, a mania se exprime na negação, na

tentativa de deixar no escuro, na posição de não querer saber da perda, das violações e do luto, vivendo de apostas urgentes e ilusórias. “O maníaco se lança numa espécie de dilatação de sua existência; projeta-se para além do impossível presente e volatiliza ao extremo as possibilidades de seu poder de otimismo e ilusão” (Ey *et al.*, 1978, p. 220). Como um ponto de saída, é possível pensar, juntamente com Rocha e Rocha (2020), que a solução maníaca diante da perda é passível de falha:

A deriva metonímica que caracteriza o comportamento maníaco, e cuja sanha de alívio pulsional nenhum objeto parece capaz de esgotar, revela, no limite, o avesso reativo de uma perda irreduzível, de um vazio abissal. Mas na medida em que a solução prometida pelas satisfações substitutivas fracassa, esse é também o momento em que os sujeitos se fazem capazes de dar início a uma narrativa (Rocha; Rocha, 1978, p. 51).

Assim, mediante sujeitos e cidade submersos no excesso e anestesiados perante a euforia do ganho, é preciso fazer emergir a palavra, como meio de resgate de corpos desejantes.

3.2 O LUTO COLETIVO E O MEMORIAL: UMA SAÍDA POR MEIO DA PRESERVAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA TRAGÉDIA

Ao realizar a escuta do corpo social que se expressa por meio das articulações dos territórios, foram identificadas manifestações coletivas e posicionamentos sociais desde as primeiras notícias sobre o rompimento da barragem. Destaca-se, nesse contexto, o movimento genuíno da AVABRUM, que evidencia os arranjos do coletivo na tentativa de lidar com o luto. Como apontado em todas as ações da Associação, o ingresso desses sujeitos, que tiveram vítimas diretas da violência e da necroeconomia⁶, no processo de elaboração do luto ocorre, sobretudo, por meio da busca por justiça, do encontro de todas

⁶ O conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe, descreve formas de organização política em que a vida é submetida ao poder da morte. Trata-se da expressão extrema de soberania, definida pelo autor como a capacidade de decidir “quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p. 4), o que, no contexto minerário, se revela na gestão dos territórios e populações sob lógica de risco e extermínio.

as “joias” (pessoas desaparecidas) e da preservação da memória com o propósito de evitar a repetição do crime.

Durante a pesquisa, ressaltamos a iniciativa da Associação, majoritariamente feminina, que reivindica dignidade diante da morte e um espaço simbólico: o memorial. Essas mulheres enfrentaram adversidades e frustrações para criar um monumento raro, com altos custos e complexidade de gestão. Reviveram afetos da perda ao lidar com o projeto, que questiona o destino dos fragmentos corpóreos encontrados após o enterro formal, pois os corpos fragmentados demandam tempo para total localização. Para evitar o enterro coletivo dos restos mortais, o memorial prevê um cemitério vertical identificado⁷.

Frente à tentativa de silenciamento da história, o memorial surge para eternizá-la. No seminário da AVABRUM, destaca-se que o memorial oferta voz para que a tragédia seja contada pelos reais personagens e seja não manipulada ao longo do tempo pelos violadores. O desejo de manipulação do enredo trágico ficou muito explícito na luta jurídica entre a Vale e a Associação pelo controle do memorial, que gerou atraso na sua inauguração. Em 05/08/2023, firmou-se acordo: a empresa arca com a manutenção, enquanto a Fundação Memorial Brumadinho, gerida pela Associação, cuida da gestão (Mallmann, 2023). O memorial fica em Córrego do Feijão, com vista direta ao local do rompimento. Na cerimônia de lançamento da pedra fundamental, em 25/01/2020, foi apresentado o poema “Memorial para os Nossos” (Lamounier, 2020), que expressa o viés coletivo do luto:

Difícil estar aqui. Difícil lembrar porque estamos aqui, mas temos que pensar que estamos aqui porque é preciso! É necessário caminhar, é necessário continuar, viver. Não podemos deixar o que aconteceu cair no esquecimento, é essencial trazer à tona todas as histórias de vidas que foram interrompidas, mas não foram caladas. Não vamos deixar que 272 vítimas virem meramente número de uma estatística fria. Voltaremos

⁷ Presenciamos a informação sobre o surgimento da sublime ação que envolve o trágico e o belo, ao conviver com uma das idealizadoras do memorial. Diante da sua angústia e seu luto, movimentada juntamente com a aprovação dos demais familiares, que oficializaram o desejo em um abaixo-assinado com todos os trâmites necessários para a realização. Além disso, Kênya Paiva Lamounier apresentou a história do Memorial, no primeiro Seminário realizado pela AVABRUM, 4 anos da tragédia-crime e os impactos em Brumadinho e municípios mineradores, no dia 24 de janeiro de 2023.

nosso olhar para as pessoas que aqui estavam. Precisamos trazer para este local paz e serenidade. Contaremos todas as histórias de vida, com respeito e com orgulho. Memorial para dignidade, é a forma que temos de homenagear os nossos. Memorial de tributo a vida. Neste local vamos fazer reverência a vida, temos que olhar e ver aqui flores, de todas as cores, de todas as espécies, de todos os lugares. Flores não morrem, viram sementes, sementes dão frutos. Vamos erguer este memorial em honra as 272 vidas aqui ceifadas. Hoje colocamos aqui a pedra fundamental marco da construção do memorial que será erguido em homenagem às vítimas da tragédia/crime da Mina do Córrego do feijão. Aqui, vidas, histórias, memórias. Aqui contadas, transformadas, lapidadas. Joias (Lamounier, 2020).

Longe de buscar reduzir a arte poética a uma mera análise teórica, propomos levantar alguns efeitos decorrentes da leitura do texto que conduziram à articulação com questões presentes na pesquisa. Inicialmente, diante da passagem em que a autora expressa a necessidade de estar ali, associada ao imperativo de caminhar, remetemos ao potencial político do processo de luto, sustentado pela memória como força motriz que possibilita o movimento de um grupo em direção ao reencontro com sua própria história.

Retomar um enredo marcado pela dor e transformar o projeto de construção de um memorial em uma missão é um ato que cria causa e mobiliza o desejo. A escolha de colocar em palavras a representatividade de um projeto que começa a se concretizar revela um gesto de extrema relevância. Como descreve Endo (2022), o “dever de contribuir para que os outros saibam, conheçam e tenham notícia daquilo que jamais estará acessível pela experiência é, antes de ser objetivo necessário e nobre, difícil e custoso” (Endo, 2022, p. 229).

O texto também revela uma luta pela memória, vital em um país que tende a apagar histórias trágicas de violações realizadas pela imposição do poder em detrimento a tantas vidas, como a escravidão, colonização, ditadura, o rompimento da barragem de Mariana e a pandemia de covid-19. Durante a observação participante, surgiram questionamentos sobre o memorial: “será que isso é bom para os familiares?”, “não queria isso perto da minha casa”, “por que essa parede marrom?”, “pra que ficar lembrando?”. Para refletir sobre a quem servem essas resistências, Butler (2019) questiona:

Temos que nos perguntar: sob quais condições o luto público constitui uma “ofensa” contra o próprio público, estabelecendo uma erupção intolerável nos termos do que se pode dizer em público? O que poderia ser “ofensivo” sobre a declaração pública de luto e perda, de modo que memoriais funcionariam como um discurso ofensivo? (Butler, 2019, p. 39).

Essas resistências se manifestam como reflexo da própria cultura brasileira, marcada pela dificuldade, típica da modernidade, em elaborar a perda e lidar com o luto, bem como pelo deslocamento dos afetos e outras complexidades subjetivas. Levantamos também, como questão, o desconhecimento sobre o projeto arquitetônico do memorial, ainda não inaugurado. No entanto, quando visitado em setembro de 2022, o espaço já apresentava uma proposta significativa: um trajeto narrativo que conduz o visitante da história do rompimento à ressignificação do ocorrido, com áreas de convivência, jardins e uma composição estética que mescla o belo e o trágico.

Em consonância com Paulo Endo (2022), trata-se de um espaço que permite que cada sujeito o experiencie à sua maneira, movido por diferentes intenções e motivações, conduzindo-o a “esse algo que o memorial abriga” (Endo, 2022, p. 235). A estrutura oferece a possibilidade de lembrar na medida do possível e do tolerável para cada visitante, favorecendo a criação de múltiplas percepções a cada olhar e a cada visita. Ao manter materializada a preservação da história, o memorial também acolhe a possibilidade de lidar com o esquecimento, sem culpa ou angústia, como parte integrante e complementar do processo de memória. Dessa forma, constrói-se um espaço de entremeio: um lugar onde nem tudo pode ou precisa ser lembrado, mas onde também não é permitido esquecer o que precisa ser preservado. Essa dinâmica revela uma função essencial do memorial: evitar a repetição da violência por meio da integração entre memória, esquecimento e experiência coletiva.

Ao pensar na elaboração do luto individual, que envolve lidar com a impossibilidade de recuperar o objeto perdido, cria-se um memorial subjetivo e singular em honra ao que se foi, por meio da introjeção de um traço dele. Frente à perda coletiva irreparável, há o ato de inserir na cidade uma marca, um símbolo concreto do que se foi, por intermédio da obra do memorial, introjetado em seu território. Butler (2022) destaca que a possibilidade de enlutar publicamente uma perda representa o direito à realização

de um rito fúnebre coletivo e com o tempo necessário para cumprir sua função no processo de elaboração da perda. A partir dessa perspectiva, é possível compreender, no caso de Brumadinho, que o memorial se configura como expressão desse direito e como espaço para a vivência do luto coletivo⁸.

Com papel importante na lida com o luto coletivo e indicando sua função política, segundo Endo (2022), os memoriais ofertam espaço para a convivência com o trauma, em uma tentativa de colocar frente a frente as ambiguidades advindas do atravessamento do horror da tragédia e seu potencial transformador. É um instrumento de transmissão da história, por meio da redefinição do passado e das marcas que se mantêm no presente. Por isso, o memorial jamais pode ser apenas um museu da catástrofe. A sua função é propor, constante e indefinidamente, o debate político sobre a memória do que somos e do que nos tornamos, ou seja, impor a pergunta: o que foi que fizemos para que essa catástrofe fosse possível? E o que fizemos (ou não fizemos) e nos tornamos depois dela? (Endo, 2022, p. 241)

Como descrito por Lamounier (2020), é um local que contém a esperança de, por meio de a morte fazer referência à vida transformada e lapidada, não apenas dos que se foram, mas por meio da lida com o luto coletivo, também da vida dos que ficam.

Nas políticas públicas de saúde pós-tragédia, foram criados grupos terapêuticos que aproximam a comunidade por meio do artesanato, culinária e outras práticas locais, fomentando o fortalecimento do coletivo e a circulação da palavra, apesar da maior busca por atendimentos individualizados.

Para fortalecer a comunidade, a AVABRUM integra o comitê gestor dos recursos do dano moral coletivo junto ao MPT, DPU e TRT, promovendo projetos que vão do acolhimento artístico e educacional a cursos profissionalizantes e cooperativas comunitárias. Essas iniciativas valorizam a história, memória e cultura locais, oferecendo novas formas de existência coletiva, atravessando o luto e resistindo ao apagamento das marcas da violência do capitalismo e da mineração predatória.

⁸ Fazemos menção aos primeiros momentos de localização dos corpos, quando os velórios eram realizados de forma atípica e acelerada, devido ao grande número de mortes, sem possibilidade da devida homenagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível fazer surgir um novo lugar para o Eu e para o Nós, após a vivência do trágico, que transcenda a polarização de identificação com o violador ou a vítima inerte? Ou seja, que ultrapasse a imposição do lembrar ou do esquecer e que não se restrinja aos extremos melancólicos ou maníacos? Há um entremeio? A palavra e a escuta são as grandes apostas da psicanálise, sendo por meio desse instrumental, simples, econômico, mas que demanda algum tempo de trabalho analítico para manejá-lo, que me portei aos sujeitos e à comunidade de Brumadinho, como profissional e, posteriormente, como pesquisadora.

Enquanto uma ouvinte-testemunha, era necessário manter o lugar de uma presença esvaziada de sentido, possibilitando que as pessoas que buscassem por uma escuta pudessem, na imagem do analista, depositar o que desejarem e necessitarem. Observei sutis movimentos e sinais de mudança de posição subjetiva diante do trágico. Por meio da palavra, da transferência e dos fenômenos que compõem o atípico processo analítico nas políticas públicas de saúde, algo da autonomia do sujeito diante da sua história e do seu sintoma foi resgatado.

Não raro, encontramos sujeitos em que a tentativa de produzir uma fissura no discurso automatizado, rigidamente engessado pela patologização de sua experiência, surgia como ameaça de confrontá-los com os afetos que desejavam apagar. Pouco depois, foi preciso acolher e reacolher aqueles que, após apostarem em objetos substitutivos na expectativa de tamponar a falta e resolver o luto, tiveram de lidar com a frustração e com os sintomas que, nesse segundo momento, puderam se abrir em discursos e narrativas.

“É difícil encorajar alguém a verter em palavras uma experiência de perplexidade vivida, sofrida e testemunhada. A palavra não representa solução nem promete lenitivo para um dano sofrido. Seus efeitos são bem outros” (Endo, 2022, p. 229). Há um limite no dizer onde não se pode traduzir tudo. Diante da escuta oriunda do trágico, presenciei que justamente nas lacunas do não dito, é possível a criação e a ressignificação.

O que antecede a palavra: o ato, o silêncio, as lágrimas, ou seja, necessitavam de acolhida, tempo e um corpo presente, disposto à transferência que poderia se instalar.

Por meio da “autorização”⁹ dada ao sujeito de dizer a respeito do seu sofrimento, queixar da incompletude das supostas saídas, de expressar as ambiguidades advindas da perda. Desse modo, foi possível testemunhar o surgimento da palavra enquanto manifesto. Em face do não lugar para a palavra, a ética psicanalítica coloca a função do testemunho.

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p. 57).

Juntamente com a tarefa da escuta imbuída, não apenas nos encontros formais da clínica pública e particular, mas também na imersão ao território, testemunhei tentativas de lidar com o indizível, de olhar para os rastros da tragédia, movimentos coletivos, artísticos, associativos, que buscavam simbolizar aquelas vivências. Por diversos caminhos, a psicanálise em torno de sua ética leva a recolher alguns fragmentos de palavras, gestos, ações que emergem do mar de lama e, ainda emaranhados pela viscosidade e com as marcas de um passado que não pode ser apagado, ao serem reunidos, demonstram a possibilidade de criação de uma nova superfície, um porto seguro para recomeços.

Como orientado por Endo (2022) e articulando com o viés político, a metodologia da presente pesquisa buscou assumir a responsabilidade de ofertar uma escuta que desvela os efeitos do trágico, o que é inaudível, que o analisando ou a cidade em seu coletivo ainda não pode dizer ou escutar de si, algo que, por meio do silêncio, da vergonha ou a ausência de coragem, permanece maltratando o eu e o nós, ferindo e fazendo estragos.

⁹ Utilizo o termo “autorização” devido à dificuldade de expressão dos atendidos, ligada à imposição social da felicidade. Chorar era visto como vergonha, fracasso ou vitimismo, especialmente entre familiares das vítimas, pessoas com perdas indiretas e, sobretudo, sobreviventes. Estes, muitas vezes pressionados a retomar rapidamente o cotidiano por serem “gratos à segunda chance de viver”, não tinham direito pleno ao luto nem à elaboração do trauma vivido.

Este artigo propõe narrar a experiência do luto social, político, individual e pessoal, acompanhando as transformações históricas em curso. A contextualização do objeto de estudo, relacionada à cidade, à mineração e à tragédia-crime, combinada com fundamentações teóricas psicanalíticas e filosóficas, embasa a análise da experiência social em Brumadinho e permite o alcance dos objetivos estabelecidos.

O problema central deste artigo reside na demonstração de como as intervenções e manejos da empresa, aliados às omissões governamentais, configuram um projeto político de inserção dos ideais neoliberais na cidade e em sua cultura, perpetuando a violência e comprometendo o processo de luto coletivo. Evidências dessa problemática incluem a negação de responsabilidade pela tragédia-crime, a vinculação do adoecimento psiquiátrico às violações de direitos, as estratégias de indenização que fragilizam a mobilização coletiva, as modificações nos monumentos e símbolos sociais que alteram a cultura e a história locais, bem como a tentativa de interferir nas iniciativas de preservação da memória e do luto.

Esse movimento tem sido utilizado em todo o país, como uma das principais ações de inviabilizar a criação e a fomentação da memória histórica de diversos acontecimentos trágicos e violadores que marcaram o povo. Em vista disso, defendemos que a promoção do espaço de fala, o incentivo do fortalecimento da coletividade, a preservação e a criação dos signos sociais e culturais, por meio da memória, são meios de garantir um espaço simbólico, para além do *setting* analítico formal. Essas ações permitem a ressignificação do traumático e o atravessamento do luto, em prol da transformação social, como meio de resistência às violências e colocação de um ponto final em suas repetições. Inclusive, a construção do Memorial de Brumadinho é um exemplo claro da preservação da memória e da história, possibilitando a ressignificação do trágico e o processo de elaboração do luto.

Longe de esgotar as possibilidades trazidas por este artigo e diante da complexidade do tema, esperamos que as reflexões aqui apresentadas, e as que ainda poderão emergir, mantenham ativa, por meio da universidade, do espaço acadêmico e da escrita, a possibilidade de enlutar, de estar em luta, de memorizar e, pela história, criar, transformar e reavivar.

REFERÊNCIAS

ARÁOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**: O extrativismo na América como origem da modernidade. [s. l.]: Editora Elefante, 2022.

BRASIL. Resolução Normativa Agência Nacional de Energia Elétrica nº 1.064, de 2 de maio de 2023. (2023, 2 de maio). Estabelece critérios e ações de segurança de barragens associadas a usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Brasília: ANS, 2023.

BRUMADINHO: parte de tenda feita pela Vale para apoio a buscas dos bombeiros desaba. **G1 Minas**, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/29/brumadinho-parte-de-tenda-de-apoio-a-corpo-de-bombeiros-desaba-na-grande-bh.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BUTLER, J. **A reivindicação de Antígona**: o parentesco entre a vida e a morte. (Tradução de André Pinheiro.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. São Paulo: Autêntica, 2019.

CALLIGARIS, C. **O grupo e o mal**: estudo sobre a perversão social. [s. l.]: Fósforo, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Relatório da missão emergencial à Brumadinho/MG após rompimento da barragem da Vale S/A**. Brasília, 2019.

DUFOUR, D. R. **O Divino Mercado**: A Revolução Cultural Liberal. [s. l.]: Companhia de Freud, 2008.

ENDO, P. C. **Psicanálise**: confins - Memória e sujeitos sem direitos. São Paulo: Blucher, 2022.

EY, H., Bernard, P.; BRISSET, C. H *et al.* **Tratado de Psiquiatria**. São Paulo: Masson, 1978.

FREUD, S. Luto e melancolia. *In*: FREUD, S. **Neurose, psicose, perversão**. Tradução de Marilene Carone. São Paulo: Autêntica, 2016.

FREUD, S. O Eu e o Isso. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. [s. l.], Editora 34, 2006.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. **Centro Latino Americano de Ecología Social**, v. 1, Quito, p. 187-225, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estado**. Brumadinho, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/brumadinho.html>. Acesso em: 25 ago. 2025.

JARDIM, D. L.; JARDIM, M. C. **História e riquezas do município de Brumadinho**. Brumadinho, MG: Prefeitura Municipal, 1982.

LACAN, J. O falo e a mãe insaciável. In: LACAN, J. **O Seminário, livro 4: a relação de objeto (1901-1981)**. São Paulo: Zahar, 1957.

LAMOUNIER, K. P. **Memorial para os nossos**. Disponível em: <https://avabrum.org.br/2020/01/26/memorial-para-os-nossos/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MALLMANN, D. Memorial em homenagem às vítimas da tragédia da Vale em Brumadinho será gerenciado pelas famílias. **CNN Brasil**. 5 ago. 2023, Belo Horizonte, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MPMG e PCMG finalizam investigações sobre o rompimento da barragem em Brumadinho; 16 pessoas são denunciadas por homicídio qualificado e crimes ambientais. **Site do Ministério Público de Minas Gerais**, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-e-pcmg-finalizam-investigacoes-sobre-o-rompimento-da-barragem-em-brumadinho-16-pessoas-sao-denunciadas-por-homicidio-qualificado-e-crimes-ambientais.htm>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ROCHA, B. M.; ROCHA, G. M. Vidas precárias do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais: ecocídio, luto, reparação. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 36-55, 2020.

ROSA, N. C. D. F. Os paradoxos do gozo em face do imperativo de desempenho e superação de resultados. In: COELHO, R; MOTTA, D. **Psicanálise & trabalho: retratos do contemporâneo**. Porto Alegre: Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, 2020.

SANTOS, J. C. Operário morre após talude desmoronar perto da barragem da Vale que se rompeu em Brumadinho. **G1 Minas**, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/18/talude-cai-sobre-maquina>

-que-operava-perto-da-barragem-da-vale-que-se-rompeu-em-brumadinho.ghtml. Acesso em: 25 ago. 2025.

VALE S.A. **Indenizações**, 22 out. 2023. Disponível em: <https://vale.com/pt/indenizacoes>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VALE S.A. **Nossa gente**. 01 jun. 2023. <https://www.vale.com/pt/nossa-gente>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VALE S.A. **Nosso futuro**. 11 jun. 2023. Disponível em: <https://www.vale.com/pt/nosso-futuro>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VALE S.A. **O que fazemos**. 11 jun. 2023. Disponível em: <https://www.vale.com/pt/o-que-fazemos>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VALE S.A. **Quem somos**. 11 jun. 2023. Disponível em: <https://www.vale.com/pt/quem-somos>. Acesso em: 28 ago. 2025.